

## CAPÍTULO 18

## O novo milênio

O FIM DA PRESIDÊNCIA de Jiang Zemin marcou uma virada nas relações sino-americanas. Jiang foi o último presidente com quem o principal assunto do diálogo sino-americano foi a própria relação. Depois disso, os dois lados fundiram, se não suas convicções, ao menos suas práticas em um padrão de coexistência cooperativa. A China e os Estados Unidos não mais tinham um adversário comum, mas tampouco tinham desenvolvido ainda um conceito conjunto de ordem mundial. As reflexões informais de Jiang na longa conversa mantida com ele, descritas no capítulo anterior, ilustravam a nova realidade: os Estados Unidos e a China percebiam que precisavam um do outro porque ambos eram grandes demais para serem dominados, especiais demais para serem transformados e necessários demais um ao outro para permitir o luxo do isolamento. Além disso, os propósitos comuns eram atingíveis? E com que finalidade?

O milênio foi o início simbólico desse novo relacionamento. Uma nova geração de líderes assumira o governo da China e dos Estados Unidos: do lado chinês, uma “quarta geração” encabeçada pelo presidente Hu Jintao e pelo premiê Wen Jiabao; do lado americano, os governos conduzidos pelos presidentes George W. Bush e, começando em 2009, Barack Obama. Ambos mostravam uma atitude ambivalente em relação ao tumulto das décadas que os precederam.

Hu e Wen trouxeram uma perspectiva sem precedentes à tarefa de administrar o desenvolvimento da China e definir seu papel mundial. Eles representaram a primeira geração de líderes sem experiência pessoal na re-

volução, os primeiros no período comunista a assumir o poder mediante processos constitucionais — e os primeiros a assumir posições de responsabilidade nacional em uma China emergindo inequivocamente como grande potência.

Ambos os homens tinham experiência direta com a fragilidade de seu país e seus complexos desafios domésticos. Como jovens funcionários durante a década de 1960, Hu e Wen estavam entre os últimos estudantes a receber ensino superior formal antes que o caos da Revolução Cultural fechasse as universidades. Educado na Universidade Tsinghua, em Pequim — centro de atividade dos Guardas Vermelhos —, Hu permaneceu na universidade como conselheiro político e assistente de pesquisa, em condições de observar o caos das facções beligerantes e, ocasionalmente, tornar-se alvo delas por ser “individualista demais”.<sup>1</sup> Quando Mao decidiu dar um basta à devastação dos Guardas Vermelhos mandando a geração mais jovem para o campo, Hu acabou sofrendo esse mesmo destino. Ele foi despachado para a província de Gansu, uma das regiões mais desoladas e rebeldes da China, para trabalhar em uma hidroelétrica. Wen, recém-formado no Instituto de Geologia de Pequim, recebeu incumbência similar, e foi enviado para trabalhar em projetos de mineralogia em Gansu, onde permaneceria por mais de uma década. Lá, nos distantes rincões noroestes de seu país sacudido pelos tumultos, Hu e Wen galgaram uma vagarosa escalada pelas fileiras internas da hierarquia do Partido Comunista. Hu ascendeu à posição de secretário da Liga da Juventude Comunista para a província de Gansu. Wen tornou-se o vice-diretor do escritório geológico provincial. Em uma era de revoltas e fervor revolucionário, ambos se distinguiram por sua serenidade e competência.

Para Hu, o acontecimento seguinte teve lugar na Escola Central do Partido em Pequim, onde, em 1982, ele chamou a atenção de Hu Yaobang, então secretário-geral do Partido. Isso levou a uma rápida promoção à posição de secretário do Partido em Ghizhou, no remoto sudoeste chinês; aos 43 anos, Hu Jintao era o mais jovem secretário do Partido na história do Partido Comunista.<sup>2</sup> Sua experiência em Ghizhou, uma província pobre com significativa presença de minorias, preparou Hu para sua incumbência seguinte, em 1988, como secretário do Partido para a região autônoma do Tibete. Wen, entretanto, foi transferido para Pequim, onde

serviu em uma série de postos cada vez mais cheios de responsabilidade no Comitê Central do Partido Comunista. Ele se estabeleceu como assistente de confiança de três líderes chineses sucessivos: Hu Yaobang, Zhao Ziyang e, finalmente, Jiang Zemin.

Tanto Hu como Wen viveram uma experiência pessoal próxima com a crise de 1989 — Hu no Tibete, aonde chegou em dezembro de 1988, bem quando uma grande revolta tibetana se iniciava; Wen em Pequim, onde, como vice de Zhao Ziyang, esteve ao lado do secretário-geral durante sua última e infeliz jornada entre os estudantes na praça Tiananmen.

Assim, na época em que assumiram os principais cargos de liderança nacional em 2002-2003, Hu e Wen haviam obtido uma perspectiva diferenciada do ressurgimento da China. Treinados em suas fronteiras rudes e instáveis e servindo em um escalão intermediário durante Tiananmen, ambos estavam conscientes da complexidade dos desafios domésticos chineses. Chegando ao poder durante um prolongado período de crescimento doméstico sustentado e na esteira da entrada chinesa na ordem econômica internacional, eles assumiram o leme de uma China inegavelmente “chegando” à condição de potência mundial, com interesses nos quatro cantos do globo.

Deng dera uma trégua à guerra maoista contra a tradição chinesa e permitiu aos chineses se reconectar com suas forças históricas. Mas, como outros líderes chineses ocasionalmente haviam dado a entender, a era Deng foi uma tentativa de compensar o tempo perdido. Houve nesse período uma sensação de esforço especial e, nas entrelinhas, de constrangimento quase inocente com os passos errados da China. Jiang projetava uma imagem de confiança inabalável e bonomia, mas ele assumia o leme de uma China ainda se recuperando da crise doméstica e empenhando-se em recuperar sua proeminência internacional.

Foi na virada do século que os esforços dos períodos Deng e Jiang começaram a dar frutos. Hu e Wen governavam um país que não mais se sentia paralisado pela sensação de ser um aprendiz da tecnologia e das instituições ocidentais. A China que conduziam era confiante o bastante para rejeitar os sermões americanos sobre reforma, e até ocasionalmente zombar deles. Ela agora estava em posição de conduzir sua política externa não

baseada em potencial de longo prazo ou de seu eventual papel estratégico, mas em termos de poder de fato.

Poder com que finalidade? A abordagem inicial de Pequim à nova era seria em larga medida de incrementação e conservação. Jiang e Zhu haviam negociado a entrada da China na OMC e a participação integral na ordem econômica internacional. A China sob Hu e Wen aspirava antes de mais nada à normalidade e à estabilidade. Suas metas, no modo de dizer oficial, eram uma “sociedade harmoniosa” e um “mundo harmonioso”. Sua agenda doméstica centrava-se no desenvolvimento econômico contínuo e na preservação da harmonia social dentro de uma vasta população vivenciando tanto uma prosperidade sem precedentes como níveis de desigualdade inéditos. Sua política externa evitava ações dramáticas, e seus principais decisores reagiam de maneira circunspecta a apelos vindos de fora para que a China desempenhasse um papel de liderança internacional mais visível. A política externa chinesa objetivava primordialmente um ambiente internacional pacífico (o que incluía boas relações com os Estados Unidos) e acesso a matérias-primas para assegurar um crescimento econômico contínuo. E o país continuava a ter um interesse especial no mundo em desenvolvimento — legado da teoria dos Três Mundos de Mao — mesmo enquanto ascendia ao status de superpotência econômica.

Como Mao havia temido, o DNA chinês se reafirmara. Confrontando os novos desafios do século XXI, e num mundo onde o leninismo entrara em colapso, Hu e Wen voltaram-se à sabedoria tradicional. Eles descreviam suas aspirações de reforma não em termos das visões utópicas da revolução contínua de Mao, mas por seu objetivo de construir uma sociedade “*xiaokang*” (“moderadamente próspera”) — termo com conotações nitidamente confucionistas.<sup>3</sup> Supervisionaram um renascimento do estudo de Confúcio nas escolas chinesas e uma celebração de seu legado na cultura popular. E requisitaram Confúcio como uma fonte de poder brando chinês no palco mundial — mediante os “Institutos Confúcio” oficiais estabelecidos em cidades do mundo todo e a cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim 2008, que apresentou um grupo de estudiosos confucionistas tradicionais. Em um dramático gesto simbólico, em janeiro de 2011, a China marcou a reabilitação do antigo filósofo moral inaugu-

rando uma estátua de Confúcio no centro da capital chinesa, a praça Tiananmen, à vista do mausoléu de Mao — a única outra personalidade a receber tal honra.<sup>4</sup>

O novo governo americano significou uma mudança comparável de gerações. Tanto Hu como Bush foram os primeiros presidentes que haviam sido espectadores nas experiências traumáticas de suas nações na década de 1960: no caso da China, a Revolução Cultural; no caso dos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã. Hu concluiu que a harmonia social devia ser uma diretriz de seu governo. Bush subiu ao poder na sequência do colapso da União Soviética, em meio a um triunfalismo americano que acreditava que os Estados Unidos eram capazes de remodelar o mundo à sua imagem. O Bush mais jovem não hesitou em conduzir a política externa sob a bandeira dos valores americanos mais profundos. Falou apaixonadamente em liberdades individuais e liberdade religiosa, incluindo em suas visitas à China.

A “agenda da liberdade” de Bush projetava o que pareciam ser acontecimentos improvavelmente acelerados para as sociedades não ocidentais. Entretanto, na prática de sua diplomacia, Bush superou a ambivalência histórica entre as abordagens missionária e pragmática dos Estados Unidos. Ele fez isso não por meio de um constructo teórico, mas mediante um equilíbrio sensato de prioridades estratégicas. Ele não deixou dúvida sobre o compromisso norte-americano com as instituições democráticas e os direitos humanos. Ao mesmo tempo, deu atenção ao elemento da segurança nacional, sem o qual o propósito moral opera num vácuo. Embora criticado no debate americano por sua alegada adesão ao unilateralismo, Bush, ao lidar com China, Japão e Índia simultaneamente — países que baseavam sua política em cálculos de interesse nacional —, conseguiu melhorar as relações com cada um — um modelo de política asiática construtiva para os Estados Unidos. Na presidência de Bush, as relações EUA-China eram relações cotidianas de duas superpotências. Nenhum lado supunha que o outro partilhava de todas suas metas. Em algumas questões, como os assuntos domésticos, seus objetivos não eram compatíveis. Mesmo assim, viam suficientes áreas de interseção em seus interesses para confirmar a sensação emergente de parceria.

Washington e Pequim aproximaram-se pouco a pouco das posições um do outro relativas a Taiwan em 2003, depois que o presidente Chen

Shui-bian propôs um referendo sobre a possibilidade de uma representação nas Nações Unidas sob o nome “Taiwan”. Uma vez que tal gesto teria sido uma violação dos compromissos americanos nos três comunicados, os funcionários do governo de Bush transmitiram sua oposição a Taipei. Durante a visita de Wen Jiabao em dezembro de 2003 a Washington, Bush reafirmou os três comunicados e acrescentou que Washington “se opõe a qualquer decisão unilateral tomada pela China ou Taiwan para mudar o status quo”; ele sugeriu que um referendo questionando o status político de Taiwan não encontraria apoio nos Estados Unidos. Wen respondeu com uma formulação notavelmente aberta sobre o desejo de reunificação pacífica: “Nossa política fundamental sobre a solução da questão de Taiwan é uma reunificação pacífica, e um país—dois sistemas. Vamos dar nosso máximo com a máxima sinceridade para ensejar a unidade nacional e a reunificação pacífica por meios pacíficos.”<sup>5</sup>

Um dos motivos para a cooperação renovada foram os ataques de 11 de Setembro, que redirecionaram o foco estratégico primário dos Estados Unidos para longe do Leste Asiático e na direção do Oriente Médio e do Sudoeste Asiático, com guerras no Iraque e no Afeganistão e um programa para combater redes terroristas. A China, não mais constituindo um desafio revolucionário da ordem internacional e preocupada com o impacto do terrorismo global dentro de suas próprias regiões minoritárias, especialmente Xinjiang, condenou rapidamente os ataques de 11 de Setembro e ofereceu apoio de inteligência e diplomático. No desencadeamento da guerra do Iraque, ela foi notavelmente menos contrária aos Estados Unidos na ONU do que alguns aliados americanos.

Mas, talvez em um nível mais fundamental, o período iniciou um processo de divergência nas avaliações chinesa e americana sobre como lidar com o terrorismo. A China permanecia uma espectadora agnóstica da projeção do poder americano pelo mundo muçulmano e acima de tudo da proclamação de objetivos ambiciosos de transformação democrática do governo Bush. Pequim manteve sua característica predisposição a ajustar-se a mudanças nos alinhamentos de poder e na composição de governos estrangeiros sem fazer juízo moral. Suas principais preocupações eram o contínuo acesso ao petróleo do Oriente Médio e (após a queda do Taliban) a proteção dos investimentos chineses nos recursos minerais do Afeganis-

tão. Com esses interesses mantidos de um modo geral, a China não questionou os esforços americanos no Iraque e no Afeganistão (e pode até ter os acolhido, em parte porque representavam um desvio das capacidades militares americanas para longe do Leste Asiático).

O alcance da interação entre China e Estados Unidos significou o restabelecimento de um papel central para a China nos assuntos mundiais e regionais. A busca chinesa por uma parceria igualitária não era mais uma reivindicação desproporcional de um país vulnerável; era cada vez mais uma realidade amparada por capacidades financeiras e econômicas. Ao mesmo tempo, impelidos por novos desafios à segurança e realidades econômicas em plena mudança, bem como por um novo alinhamento da influência política e econômica relativa entre eles, ambos os países se engajaram em minuciosos debates sobre seus propósitos domésticos, seus papéis mundiais — e finalmente suas relações um com o outro.

### Diferenças de perspectiva

À medida que o novo século avançava, duas tendências emergiram, em alguns aspectos operando uma contra a outra. Em muitas questões, as relações sino-americanas evoluíram de maneira em grande parte cooperativa. Ao mesmo tempo, diferenças enraizadas na orientação histórica e geopolítica começaram a se tornar aparentes. Questões econômicas e a proliferação de armas de destruição em massa são bons exemplos.

**Questões econômicas:** Quando a China era um ator secundário na economia mundial, a taxa de câmbio para sua moeda não era um problema; mesmo durante as décadas de 1980 e 1990, teria sido improvável que o valor do Yuan se tornaria um ponto de disputa diária no debate político americano e na análise da mídia. Mas a ascensão econômica da China e a crescente interdependência econômica entre Estados Unidos e China transformaram a questão antes obscura numa controvérsia diária, com as frustrações americanas — e as desconfianças chinesas quanto às intenções americanas — expressas numa linguagem cada vez mais insistente.

A diferença fundamental vem à tona em relação ao conceito que subjaz às respectivas políticas monetárias de ambas as partes. Na visão americana, o baixo valor do Yuan (também conhecido como renminbi) é tratado

como manipulação monetária favorecendo as empresas chinesas e, por extensão, prejudicando as empresas americanas que atuam nas mesmas indústrias. Afirma-se que o Yuan subvalorizado contribui para a diminuição do emprego nos Estados Unidos — um ponto de graves consequências políticas e emocionais, numa era de incipiente austeridade americana. Na visão chinesa, a busca de uma política monetária que favoreça os fabricantes domésticos não é tanto uma política econômica quanto uma expressão da necessidade chinesa de estabilidade política. Assim, explicando a um público americano em setembro de 2010 por que a China não executaria uma valorização monetária drástica, Wen Jiabao usou argumentos sociais, não financeiros: “Não se sabe quantas empresas chinesas iriam à falência. Haveria grandes tumultos. Só o premiê chinês tem uma pressão dessas em seus ombros. Essa é a realidade.”<sup>6</sup>

Os Estados Unidos tratam as questões econômicas do ponto de vista das exigências do crescimento global. A China considera as implicações políticas, tanto domésticas como internacionais. Quando os Estados Unidos insistem com a China que consuma mais e exporte menos, estão expressando uma máxima econômica. Mas, para a China, um setor exportador em encolhimento significa talvez um considerável aumento no desemprego com consequências políticas. Ironicamente, de uma perspectiva de longo prazo, caso a China decidisse adotar o critério convencional americano, tal postura reduziria seus incentivos para ter laços com os Estados Unidos, pois geraria menos dependência de exportações e fomentaria o desenvolvimento de um bloco asiático, porque envolveria o fortalecimento de vínculos econômicos com os países vizinhos.

A questão subjacente é portanto política, não econômica. Um conceito de benefício mútuo, mais do que recriminações sobre supostos erros de conduta, deve emergir. Isso mostra a importância de incrementar os conceitos de coevolução e de uma Comunidade Pacífica discutidos no epílogo.

**Não proliferação e a Coreia do Norte:** Durante toda a Guerra Fria, armas nucleares estiveram nas mãos principalmente dos Estados Unidos e da União Soviética. Apesar de toda a hostilidade ideológica e política, seus cálculos dos riscos eram essencialmente paralelos, e ambos possuíam os meios técnicos de se proteger contra lançamentos acidentais, não autoriza-

dos, e, em medida considerável, um ataque surpresa. Mas, com a disseminação das armas nucleares, esse equilíbrio ficou ameaçado: o cálculo do risco não é mais simétrico; e as salvaguardas técnicas contra lançamento accidental ou até roubo passaram a ser muito mais difíceis, se não impossíveis, de implementar — sobretudo em países sem a expertise das superpotências.

À medida que a proliferação acelera, o cálculo de deterrence fica cada vez mais abstrato. Torna-se cada vez mais difícil decidir quem está dissuadindo quem e com base em que cálculos. Mesmo presumindo que novos países nucleares tenham a mesma relutância que os já estabelecidos com respeito a iniciar hostilidades nucleares uns contra os outros — uma avaliação extremamente duvidosa —, eles podem usar suas armas para proteger terroristas ou ataques de Estados pária contra a ordem internacional. Finalmente, a experiência com a rede de proliferação “privada” do aparentemente amigável Paquistão com a Coreia do Norte, a Líbia e o Irã demonstra as vastas consequências para a ordem internacional da disseminação de armas nucleares, mesmo quando o país proliferador não se encaixa nos critérios formais de um Estado pária.

A disseminação dessas armas nas mãos de gente não coibida pelas considerações históricas e políticas dos principais Estados vaticina um mundo de devastação e perda humana sem precedentes mesmo em nossa era de matanças genocidas.

É irônico que a proliferação nuclear na Coreia do Norte deva emergir na agenda do diálogo entre Washington e Pequim, pois foi sobre a Coreia que os Estados Unidos e a República Popular da China se cruzaram no campo de batalha pela primeira vez há sessenta anos. Em 1950, a recém-fundada República Popular entrou em guerra contra os Estados Unidos porque viu na presença militar americana permanente em sua fronteira com a Coreia uma ameaça à segurança chinesa a longo prazo. Sessenta anos depois, o compromisso da Coreia do Norte com um programa nuclear militar criou um novo desafio recriando parte das mesmas questões geopolíticas.

Durante os primeiros dez anos do programa nuclear norte-coreano, a China assumiu a postura de que era problema dos Estados Unidos e da Coreia do Norte chegar a uma conciliação. Como a Coreia do Norte se

sentia ameaçada principalmente pelos Estados Unidos, esse era o argumento chinês, cabia antes de mais nada aos Estados Unidos prover ao país a sensação de segurança necessária como substituto às armas nucleares. Com o passar do tempo, ficou óbvio que a proliferação nuclear na Coreia do Norte mais cedo ou mais tarde afetaria a segurança da China. Se a Coreia do Norte for aceita como potência nuclear, há grande probabilidade de que Japão e Coreia do Sul, e possivelmente outros países asiáticos como Vietnã e Indochina, acabem entrando para o clube nuclear, alterando a paisagem estratégica asiática.

Os líderes chineses se opõem a tal desdobramento. Mas a China teme igualmente um colapso catastrófico da Coreia do Norte, uma vez que isso poderia recriar em suas fronteiras as mesmas condições que ela lutou para impedir sessenta anos atrás.

A estrutura interna do regime coreano acrescenta complexidade ao problema. Embora se proclame um Estado comunista, sua autoridade de fato está nas mãos de uma única família. Em 2011, no momento em que escrevo, o chefe da família governante está no processo de entregar o poder para seu filho de 27 anos sem qualquer experiência prévia sequer em liderança comunista, muito menos nas relações internacionais. A possibilidade de uma implosão devido a elementos imprevisíveis ou ignorados é perene. Países afetados podem então se sentir no dever de proteger seus interesses vitais com a adoção de medidas unilaterais. A essa altura, será tarde demais ou talvez complicado demais para uma ação coordenada. Impedir tal desdobramento deve ser uma parte essencial do diálogo sino-americano e das Six Party Talks (Conversações entre Seis Partes) envolvendo Estados Unidos, China, Rússia, Japão e as duas Coreias.

### Como definir oportunidade estratégica

Na busca de lidar com uma lista crescente de questões, Pequim e Washington, durante a primeira década do século XXI, procuraram determinar uma estrutura geral para definir sua relação. O esforço foi simbolizado pela inauguração do U.S.-China Senior Dialogue e do U.S.-China Strategic and Economic Dialogue (agora fundidos em um único Strategic and Economic Dialogue) durante o segundo mandato de George W. Bush.

Isso foi em parte uma tentativa de revitalizar o espírito de diálogo franco sobre questões conceituais que prevaleceu entre Washington e Pequim durante a década de 1970, como descrito em capítulos anteriores.

Na China, a busca de um princípio organizador para a época assumiu a forma de uma análise, endossada pelo governo, de que os primeiros vinte anos do século XXI representavam um nítido “período de oportunidade estratégica” para a China. O conceito refletia tanto um reconhecimento do progresso e potencial chineses para ganhos estratégicos como — paradoxalmente — uma apreensão quanto às suas persistentes vulnerabilidades. Hu Jintao deu voz a essa teoria em um encontro, em novembro de 2003, do Politburo do Comitê Central do Partido Comunista, quando sugeriu que uma convergência única das tendências domésticas e internacionais deixa a China em posição de levar adiante seu desenvolvimento a “pulos e saltos”. A oportunidade estava ligada ao perigo, segundo Hu Jintao; como outras potências em risco antes dela, se a China “perdesse a oportunidade” apresentada, “ela poderia ficar para trás”.<sup>7</sup>

Wen afirmou a mesma avaliação em um artigo de 2007, em que advertia que “as oportunidades são raras e fugazes” e recordou que a China deixara passar um período de oportunidade anterior devido a “grandes equívocos, sobretudo a catastrófica década da ‘grande revolução cultural’”. Os primeiros vinte anos do novo século eram um período de oportunidade “que devemos agarrar firmemente e no qual podemos realizar muita coisa”. Fazer bom uso dessa janela, Wen avaliou, seria “de extrema importância e significação” para as metas de desenvolvimento chinesas.<sup>8</sup>

O que a China tinha a oportunidade estratégica para conquistar? Na medida em que se pode afirmar que o debate chinês sobre essa questão teve um início formal, ele pode ser situado em uma série de conferências especiais e sessões de estudo convocadas por acadêmicos chineses e as principais lideranças do país entre 2003 e 2006. O programa dizia respeito à ascensão e à queda das grandes potências na história: os meios dessa ascensão; as causas de suas guerras frequentes; e se, e como, uma grande potência moderna podia crescer sem recorrer ao conflito militar com os atores dominantes no sistema internacional. Essas conferências foram subsequentemente reunidas em *A Ascensão das Grandes Potências*, uma série em 12 episódios exibida na televisão nacional chinesa em 2006 e acompanhada

por centenas de milhões de telespectadores. Como observou o professor David Shambaugh, esse deve ter sido um momento filosófico único na história da política entre grandes potências: “Poucas, se é que alguma, outras grandes potências, ou aspirantes a tal, empreenderam um discurso de autorreflexão como esse.”<sup>9</sup>

Que lições a China podia extrair desses precedentes históricos? Em uma das primeiras e mais abrangentes tentativas de dar uma resposta, Pequim procurou apaziguar as apreensões estrangeiras acerca de seu poder crescente articulando a proposição da “ascensão pacífica” da China. Um artigo de 2005 da *Foreign Affairs* escrito pelo politicamente influente Zheng Bijian serviu como pronunciamento diplomático quase oficial. Zheng oferecia a tranquilização de que a China adotara uma “estratégia [...] para transcender os modos tradicionais com que as grandes potências emergiram”. A China buscava uma “nova ordem política e econômica internacional”. A China, escreveu Zheng, “não seguiria o caminho da Alemanha que levou à Primeira Guerra Mundial ou do Japão que levou à Segunda Guerra Mundial, quando esses países pilharam recursos violentamente e perseguiram a hegemonia. A China tampouco segue o caminho das grandes potências lutando pela dominação global durante a Guerra Fria”.<sup>10</sup>

A reação de Washington foi articular o conceito da China como uma “*stakeholder* responsável” no sistema internacional, conformando-se a suas normas e seus limites e assumindo responsabilidades adicionais de acordo com suas capacidades crescentes. Em um pronunciamento em 2005 no National Committee on United States–China Relations, Robert Zoellick, então vice-secretário de Estado, expôs a reação americana ao artigo de Zheng. Embora os líderes chineses pudessem ter hesitado em admitir a implicação de que pudessem um dia ter sido *stakeholders* “irresponsáveis”, o discurso de Zoellick traduzia-se num convite para que a China se tornasse um membro privilegiado do sistema internacional e ajudasse a moldá-lo.

Quase simultaneamente, Hu Jintao proferiu um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, intitulado “A construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum”, sobre o mesmo tópico do artigo de Zheng Bijian. Hu reafirmou a importância do sistema das Nações Unidas como uma estrutura para a segurança e o desenvolvi-

mento internacionais e delineou “o que a China defende”. Embora reiterando que a China favorecia a tendência rumo à democratização dos assuntos mundiais — na prática, é claro, uma diminuição relativa do poder americano na direção de um mundo multipolar —, Hu insistia que a China perseguiria seus objetivos pacificamente e dentro da estrutura do sistema ONU:

A China irá, como sempre, se conformar aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, participar ativamente nos assuntos internacionais e cumprir suas obrigações internacionais, e trabalhar com outros países na construção de uma nova ordem política e econômica internacional que seja justa e racional. A nação chinesa ama a paz. O desenvolvimento da China, em lugar de ferir ou ameaçar qualquer um, pode servir unicamente à paz, à estabilidade e à prosperidade comum do mundo.<sup>11</sup>

As teorias da “ascensão pacífica” e “mundo harmonioso” evocavam os princípios da era clássica que asseguraram à China sua grandeza: gradualista; em harmonia com as tendências e fugindo do conflito aberto; organizada tanto em torno de aspirações morais de uma ordem mundial harmoniosa quanto da dominação efetiva física ou territorial. Elas também descreviam um caminho para o status de grande potência plausivelmente atraente para uma geração de líderes que haviam chegado à maturidade durante o colapso social da Revolução Cultural, que sabiam que sua legitimidade dependia agora em parte de entregar ao povo chinês uma dose de riqueza e conforto e um descanso dos tumultos e privações do século precedente. Refletindo uma postura ainda mais cuidadosa, a expressão “ascensão pacífica” foi substituída em pronunciamentos oficiais chineses por “desenvolvimento pacífico”, supostamente porque a noção de “ascensão” era demasiadamente ameaçadora e triunfalista.

Ao longo dos três anos seguintes, através de uma das periódicas confluências de eventos aleatórios pelas quais mudam as marés históricas, a pior crise financeira desde a Grande Depressão coincidiu com um período de ambiguidade e impasse prolongados nas guerras do Iraque e do Afeganistão, com os impressionantes Jogos Olímpicos de Pequim de 2008 e com um período contínuo de robusto crescimento econômico chinês. A con-

fluência de eventos levou parte das elites chinesas, incluindo setores dos escalões mais altos do governo chinês, a revisitar as suposições subjacentes à posição gradualista articulada em 2005 e 2006.

As causas da crise financeira e seus piores efeitos surgiram primeiramente nos Estados Unidos e na Europa. Isso levou a infusões emergenciais sem precedentes de capital chinês nos países e empresas ocidentais, e a rogos de políticos ocidentais para que a China mudasse o valor de sua moeda e aumentasse seu consumo doméstico para fomentar a saúde da economia mundial.

Desde a conclamação de Deng à “Reforma e Abertura” a China passara a ver o Ocidente como um modelo de proeza econômica e perícia financeira. Presumia-se que, fossem quais fossem as deficiências ideológicas e políticas dos países ocidentais, eles sabiam como gerenciar suas economias e o sistema financeiro mundial de uma maneira produtiva sem igual. Embora a China se recusasse a adquirir esse conhecimento ao custo da tutela política ocidental, a pressuposição implícita entre muitas elites chinesas era de que o Ocidente tinha uma espécie de conhecimento digno de estudo e adaptação diligentes.

O colapso dos mercados financeiros americano e europeu em 2007 e 2008 — e o espetáculo do caos e dos erros de cálculo do mundo ocidental em contraste com o sucesso chinês — solapou gravemente a mística da proeza econômica ocidental. Isso suscitou uma nova onda na opinião pública chinesa — entre a articulada geração mais jovem de estudantes e usuários de internet e muito possivelmente em setores da liderança política e militar — no sentido de que uma mudança fundamental na estrutura do sistema internacional estava ocorrendo.

O clímax emblemático desse período foi o drama dos Jogos Olímpicos de Pequim, que ocorreu no exato momento em que a crise econômica começava a sacudir o Ocidente. Mais do que puramente um evento esportivo, as Olimpíadas foram concebidas como uma expressão do ressurgimento chinês. A cerimônia de abertura foi simbólica. As luzes no enorme estádio se apagaram. Exatamente oito minutos após as oito horas (horário chinês), no oitavo dia do oitavo mês do ano, tirando vantagem do número auspicioso que levava aquele dia a ser o escolhido para a abertura,<sup>12</sup> 2 mil tambores quebraram o silêncio, tocando com um som ensurdecedor e contínuo por dez minutos, como que dizendo: “Chegamos. Somos um fato da

vida, não mais a ser ignorado ou desprezado, mas preparado para contribuir com nossa civilização para o mundo.” Depois disso, o público assistiu a uma hora de encenações sobre a civilização chinesa. O período de fraqueza e realizações aquém do esperado — que talvez poderíamos chamar de “o longo século XIX” da China — chegava oficialmente a um desfecho. Pequim era mais uma vez o centro do mundo; e sua civilização, o foco de respeito e admiração.

Em uma conferência do Fórum Mundial sobre Estudos Chineses ocorrida em Xangai na sequência das Olimpíadas, Zheng Bijian, autor do conceito de “ascensão pacífica”, afirmou a um repórter ocidental que a China finalmente superara o legado da Guerra do Ópio e o século de lutas contra a intromissão estrangeira, e que agora estava engajada em um processo histórico de renovação nacional. As reformas iniciadas por Deng Xiaoping, disse Zheng, haviam permitido à China solucionar o “enigma do século”, desenvolvendo-se rapidamente e tirando milhões da pobreza. Conforme emergia como uma grande potência, a China contaria com a atração exercida por seu modelo de desenvolvimento, e relações com outros países seriam “abertas, não exclusivas e harmoniosas”, visando “abrir mutuamente o caminho para o desenvolvimento mundial”.<sup>13</sup>

O cultivo da harmonia não obstava a busca de uma vantagem estratégica. Em uma conferência de julho de 2009 entre diplomatas chineses, Hu Jintao pronunciou um longo discurso avaliando as novas tendências. Ele afirmou que os primeiros vinte anos do século XXI continuavam sendo um “período de oportunidade estratégica” para a China; até aí, nada mudara, disse ele. Mas, na esteira da crise financeira e de outras mudanças sísmicas, Hu sugeria que o *shi* agora estava em fluxo. À luz das “mudanças complexas e profundas” ora em curso, “têm havido novas mudanças nas oportunidades e desafios que estamos enfrentando”. As oportunidades à frente seriam “importantes”; os desafios seriam “severos”. Se a China se protegesse contra potenciais armadilhas e administrasse seus assuntos diligentemente, o período de tumulto poderia ser usado em sua vantagem:

Desde a entrada do novo século e do novo estágio, tem ocorrido internacionalmente uma série de grandes acontecimentos de natureza abrangente

te e estratégica, que têm tido uma influência significativa e de longo alcance em todos os aspectos da situação política e econômica internacional. Olhando para o mundo, a paz e o desenvolvimento continuam sendo a principal questão desses tempos, mas a competição por um poder nacional abrangente (*comprehensive national power*) está se intensificando; as exigências de um número crescente de países em desenvolvimento no sentido de participar com igualdade dos assuntos internacionais ficam mais fortes a cada dia que passa; os clamores por concretizar a democratização das relações internacionais ficam cada vez mais altos; a crise financeira internacional fez com que o sistema econômico e financeiro mundial atual e a estrutura de governança econômica mundial sofressem um grande abalo; as perspectivas de uma multipolaridade global tornaram-se muito mais nítidas; a situação internacional produziu algumas novas características e tendências dignas de atenção extremamente detida.<sup>14</sup>

Com os assuntos mundiais mudando continuamente, as tarefas da China eram a análise desapassionada e encontrar seu rumo nessa nova configuração. Da crise, oportunidades poderiam surgir. Mas que oportunidades eram essas?

## O debate do destino nacional — A visão triunfalista

O encontro da China com o sistema internacional moderno, de concepção ocidental, evocou nas elites chinesas uma tendência especial a debater — com excepcional minúcia e habilidade analítica — seu destino nacional e uma estratégia de amplo alcance para conquistá-lo. O mundo está testemunhando, de fato, um novo estágio em um diálogo nacional da China sobre a natureza de seu poder, sua influência e suas aspirações que vem ocorrendo de forma intermitente desde que o Ocidente forçou a China a abrir suas portas para o mundo. Os debates precedentes sobre o destino nacional ocorreram durante períodos de excepcional vulnerabilidade chinesa; o atual debate é ocasionado não porque a China corre perigo, mas devido a sua força. Após uma jornada incerta e às vezes angustiante, a China finalmente está chegando à visão acalentada por reformistas e revolucionários ao longo dos últimos dois séculos: uma China próspera exibin-



do capacidades militares modernas ao mesmo tempo em que preserva seus valores distintivos.

Os estágios anteriores do debate sobre o destino nacional procuravam saber se a China deveria se voltar para fora em busca de conhecimento para retificar sua fraqueza ou voltar-se para dentro, para longe de um mundo impuro, ainda que tecnologicamente mais forte. O atual estágio do debate baseia-se no reconhecimento de que o grande projeto de autofortalecimento triunfou e que a China está alcançando o Ocidente. Ele busca definir os termos em que a China deve interagir com um mundo que — na visão até de muitos dos internacionalistas liberais contemporâneos chineses — prejudicou gravemente a China e de cuja devastação o país atualmente se recupera.

À medida que a crise econômica se espalhava pelo Ocidente no período posterior aos Jogos Olímpicos, novas vozes — tanto oficiais como extraoficiais — começaram a desafiar a tese da “ascensão pacífica” da China. Segundo essa visão, a análise das tendências estratégicas de Hu estava correta, mas o Ocidente permanecia uma perigosa força que jamais permitiria à China se erguer harmoniosamente. Desse modo, era necessário que a China consolidasse suas conquistas e lutasse por suas reivindicações de poder mundial e até seu status de superpotência.

Dois livros chineses muito populares simbolizam essa tendência: uma coletânea de ensaios intitulada *A China Está Infeliz: a Grande Era, a Grande Meta e Nossas Angústias Internas e Desafios Externos* (2009) e *O Sonho Chinês: Pensando como Grande Potência e a Postura Estratégica na Era Pós-Americana* (2010). Ambos os livros são profundamente nacionalistas. Ambos começam com a pressuposição de que “alguns estrangeiros ainda não acordaram; eles não compreenderam de verdade que uma mudança de poder está ocorrendo nas relações sino-ocidentais”.<sup>15</sup> Sob esse ponto de vista, cabe à China se libertar de sua falta de confiança e passividade, abandonar o gradualismo e recuperar seu sentido histórico de missão por meio de uma “grande meta”.

Os dois livros foram criticados na imprensa chinesa e em *posts* anônimos em sites chineses como irresponsáveis e não refletindo as opiniões da vasta maioria dos chineses. Mas os dois passaram pelo crivo do governo e se tornaram best-sellers na China, de modo que presumivelmente refletem

as opiniões de pelo menos parte da estrutura institucional chinesa. Isso é particularmente verdadeiro no caso de *O Sonho Chinês*, escrito por Liu Mingfu, um coronel-sênior do Exército de Libertação Popular e professor da Universidade de Defesa Nacional da China. Os livros são apresentados aqui não porque representam a política oficial do governo chinês — na verdade, são contrários ao que o presidente Hu afirmou enfaticamente em seu pronunciamento nas Nações Unidas e durante sua visita de Estado a Washington em janeiro de 2011 —, mas porque sedimentam certos impulsos aos quais o governo chinês se sente na obrigação de responder.

Um ensaio representativo em *A China Está Infeliz* expressa a tese básica. Seu título postula que “A América não é um tigre de papel” — como Mao costumava dizer em tom de provocação —, mas antes “um velho pepino pintado de verde”.<sup>16</sup> O autor, Song Xiaojun, começa pela premissa de que, mesmo nas presentes circunstâncias, os Estados Unidos e o Ocidente continuam sendo uma força perigosa e fundamentalmente antagônica:

Incontáveis fatos já demonstraram que o Ocidente nunca vai abandonar sua estimada técnica de “negociar na ponta da baioneta”, que refinou ao longo de vários séculos. Vocês acham possível que se “devolverem suas armas ao depósito e levarem os cavalos de batalha para o pasto”<sup>17</sup> isso vai convencer [o Ocidente] a simplesmente abaixar as armas e comercializar pacificamente?<sup>18</sup>

Após trinta anos de rápido desenvolvimento econômico chinês, frisa Song, a China está numa posição fortalecida: “uma parte cada vez maior da massa e dos jovens” está percebendo que “agora a oportunidade se aproxima”.<sup>19</sup> Após a crise financeira, escreve, a Rússia ficou mais interessada em promover suas relações com a China; a Europa está se movendo em direção similar. Os controles de exportação americanos são hoje essencialmente irrelevantes porque a China já possui a maior parte da tecnologia que precisa para se tornar uma potência amplamente industrializada e logo terá uma base econômica agrícola, industrial e “pós-industrial” própria — em outras palavras, o país deixará de depender dos produtos ou da boa vontade dos outros.

O autor conclama a juventude e as massas nacionalistas a se mostrar à altura da ocasião e compara desfavoravelmente as atuais elites com elas: “Que boa oportunidade tornar-se um país abrangentemente industrializado, tornar-se um país que aspira a se erguer e mudar o sistema político e econômico injusto e irracional do mundo — como pode acontecer de não haver elites para pensar nisso!”<sup>20</sup>

O *Sonho Chinês* de 2010, do coronel-sênior do ELP Liu Mingfu, define uma “grande meta” nacional: “tornar-se o número um do mundo”, restaurando a China a uma versão moderna de sua glória histórica. Isso, escreve ele, exigirá desbancar os Estados Unidos.<sup>21</sup>

A ascensão chinesa, profetiza Liu, abrirá caminho para uma era de ouro de prosperidade asiática em que os produtos, a cultura e os valores chineses determinarão o padrão para o mundo. O mundo se tornará harmonioso porque a liderança chinesa será mais sábia e mais moderada do que a dos americanos, e porque a China se absterá da hegemonia e limitará seu papel a agir como primus inter pares das nações do mundo.<sup>22</sup> (Numa passagem separada, Liu comenta favoravelmente o papel de imperadores chineses tradicionais, a quem descreve como atuando como uma espécie de “irmão mais velho” benevolente perante reis de países menores e mais fracos.)<sup>23</sup>

Liu rejeita o conceito de uma “ascensão pacífica”, argumentando que a China não pode se apoiar unicamente em suas virtudes tradicionais de harmonia para assegurar a nova ordem internacional. Devido à natureza competitiva e amoral da política das grandes potências, escreve ele, a ascensão da China — e um mundo pacífico — pode ser preservada apenas se a China cultivar um “espírito marcial” e reunir força militar suficiente para dissuadir ou, se necessário, derrotar seus adversários. Logo, postula, a China precisa de uma “ascensão militar” conjunta com sua “ascensão econômica”.<sup>24</sup> O país precisa estar preparado, militar e psicologicamente, para lutar e prevalecer em uma briga pela proeminência estratégica.

A publicação desses livros coincidiu com uma série de crises e tensões no Mar da China Meridional, com o Japão, e ao longo das fronteiras da Índia, numa sucessão tão próxima e com características suficientemente comuns para suscitar especulações de que esses episódios pudessem ser o produto de uma política deliberada. Embora em cada caso haja uma versão

de eventos em que a China é a parte prejudicada, as próprias crises constituem um estágio no corrente debate chinês sobre o papel regional e mundial da China.

Os livros discutidos aqui, incluindo as críticas das “elites” chinesas supostamente passivas, não poderiam ter sido publicados ou se tornado uma *cause célèbre* nacional se as elites tivessem proibido sua publicação. Terá sido isso utilizado por um ministério para influenciar políticas? Será que isso reflete as atitudes de uma geração jovem demais para ter vivenciado a Revolução Cultural na condição de adultos? Teria a liderança permitido que o debate mudasse como uma espécie de manobra psicológica, de modo a fazer com que o mundo compreendesse as pressões internas chinesas e comesasse a levá-las em consideração? Ou é apenas mais um exemplo de uma China se tornando mais pluralista, permitindo uma multiplicidade maior de vozes, e dos revisores sendo de um modo geral mais tolerantes com as vozes nacionalistas?<sup>25</sup>

### Dai Bingguo — Uma reafirmação da ascensão pacífica

Os líderes chineses decidiram assumir as rédeas do debate nesse ponto, para demonstrar que o propalado triunfalismo está longe de ser o estado de espírito oficial. Em dezembro de 2010, o conselheiro de Estado Dai Bingguo (o mais alto funcionário na supervisão da política externa chinesa) entrou na briga com uma declaração abrangente de política.<sup>26</sup> Com o título de “Persistindo em tomar o caminho do desenvolvimento pacífico”, o artigo de Dai pode ser visto como uma resposta tanto a observadores estrangeiros preocupados com a possibilidade de que a China nutrisse intenções agressivas quanto àqueles dentro da China — incluindo, postula-se, alguns dentro da própria estrutura de liderança — que argumentavam que a China *devia* adotar uma postura mais insistente.

O desenvolvimento pacífico, argumenta Dai, não é um artifício pelo qual a China “esconde seu brilho e ganha tempo” (como desconfiam alguns não chineses), nem tampouco uma ilusão ingênua que abdica as vantagens chinesas (como alguns dentro da China acusam). É a política genuína e duradoura da China porque serve melhor aos interesses do país e convém à situação estratégica internacional:

Persistir em assumir o caminho do desenvolvimento pacífico não é produto de uma imaginação subjetiva ou de alguma espécie de cálculo. Antes, é o resultado de nosso profundo reconhecimento de que tanto o mundo de hoje como a China de hoje passaram por tremendas mudanças, bem como de que as relações da China com o mundo atual também passaram por grandes mudanças; eis por que é necessário extrair o melhor da situação e se adaptar às mudanças.<sup>27</sup>

O mundo, observa Dai, tem encolhido cada vez mais, e grandes questões agora exigem um grau sem precedentes de interação global. A cooperação global, desse modo, é de interesse da própria China; não é uma estratégia de promover uma política puramente nacional. Dai prossegue com o que poderia ser interpretado como uma afirmação padrão da demanda dos povos do mundo por paz e cooperação — embora no contexto seja mais provavelmente uma advertência sobre os obstáculos que uma China militante enfrentaria (possivelmente endereçado a ambos os públicos):

Devido à globalização econômica e ao aprofundado desenvolvimento da informatização, bem como aos rápidos avanços da ciência e da tecnologia, o mundo se tornou cada vez “menor” e transformou-se em uma “aldeia global”. Com a interação e a interdependência de todos os países, bem como a interseção de interesses atingindo um nível sem precedentes, seus interesses comuns tornaram-se mais extensos, os problemas que exigem que eles se deem as mãos para cuidar deles se multiplicaram e as aspirações de cooperação mutuamente benéfica tornaram-se mais fortes.<sup>28</sup>

A China, ele escreve, pode prosperar em tal situação porque está amplamente integrada no mundo. Nos últimos trinta anos o país cresceu conectando seus talentos e recursos com um sistema internacional mais amplo, não como um dispositivo tático como meio de cumprir as necessidades do período contemporâneo:

A China contemporânea está passando por mudanças profundas e amplas. Na sequência de mais de trinta anos de Reforma e Abertura, passamos da “luta de classes enquanto chave” para a construção econômica como tarefa

central à medida que levamos adiante de forma abrangente a causa da modernização socialista. Passamos do engajamento em uma economia planejada para a promoção de reforma em todos os aspectos, conforme construímos um sistema econômico de mercado socialista. Passamos de um estado de isolamento e ênfase unilateral na autonomia para uma abertura para o mundo exterior e o desenvolvimento de cooperação internacional.<sup>29</sup>

Essas mudanças “cataclísmicas” exigem que a China abandone os resquícios da doutrina maoista de autonomia absoluta, que isolaria o país. Se a China deixar de analisar corretamente a situação e, como Dai insiste, “muito satisfatoriamente cuidar de nossas relações com o mundo externo”, então as chances oferecidas pelo atual período de oportunidade estratégica “podem ser perdidas”. A China, enfatiza Dai, “é membro da grande família internacional”. Mais do que representar aspirações morais simplesmente, as políticas harmoniosas e cooperativas chinesas “são as mais compatíveis com nossos interesses e os dos outros países”.<sup>30</sup> Sob a superfície dessa análise, embora nunca afirmado diretamente, está o reconhecimento de que a China tem uma série de vizinhos com significativas capacidades militares e econômicas próprias, e de que as relações da China com quase todos eles têm se deteriorado ao longo dos últimos um ou dois anos — tendência que os líderes chineses procuram reverter.

Com líderes de qualquer país descrevendo suas estratégias, um elemento tático nunca pode ser excluído, como foi com o aperfeiçoamento da expressão “ascensão pacífica” para a mais branda “desenvolvimento pacífico”. No artigo de Dai, ele tratou especificamente do ceticismo estrangeiro de que seus argumentos serem em grande medida táticos:

Internacionalmente, há pessoas que dizem: a China tem um ditado: “Esconda suas próprias capacidades e ganhe tempo, e empenhe-se em conquistar alguma coisa.” De modo que eles especulam que a declaração da China de tomar um caminho de desenvolvimento pacífico é uma conspiração secreta empreendida sob circunstâncias em que o país ainda não é poderoso.

Mas isso, escreve Dai, é uma “suspeita infundada”:

Essa afirmação foi feita pela primeira vez pelo camarada Deng Xiaoping no fim da década de 1980, início da de 1990. Sua principal conotação é: a China deveria permanecer humilde e cautelosa, bem como se abster de assumir a dianteira, de tremular a bandeira, de buscar a expansão, de proclamar a hegemonia; isso é consistente com a ideia de tomar o caminho do desenvolvimento pacífico.<sup>31</sup>

O desenvolvimento pacífico, enfatiza Dai, é tarefa para muitas gerações. A importância da tarefa é sublinhada pelo sofrimento de gerações passadas. A China não quer a revolução; o país não quer guerra ou vingança; simplesmente quer que o povo chinês “diga adeus à pobreza e usufrua de uma nova vida” e que a China se torne — em contraste com o rejeicionismo provocativo de Mao — “o mais responsável, o mais civilizado e o mais respeitador da lei e ordeiro membro da comunidade internacional”.<sup>32</sup>

Claro, por mais que objetivos mais ambiciosos sejam negados, os países da região — aqueles que assistiram ao crescimento e encolhimento de impérios chineses precedentes, alguns destes estendendo-se ainda mais longe do que as atuais fronteiras políticas da República Popular da China — acham essas garantias difíceis de conciliar com o crescente poder e histórico da China. Será que um país que durante a maior parte do período moderno — que na China começa há 2 mil anos — via a si mesmo como o pináculo da civilização, e que por quase dois séculos considerou sua posição exclusivamente moral de liderança mundial como tendo sido usurpada pela rapacidade das potências coloniais ocidental e japonesa, vai se dar por satisfeito de limitar suas metas estratégicas a “construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos”?<sup>33</sup>

Deve, responde Dai. Os chineses não estão “em posição de ser arrogantes e presunçosos”, pois ainda enfrentam tremendos desafios domésticos. O Produto Interno Bruto chinês, por maior que seja em números absolutos, tem de ser distribuído entre uma população de 1,3 bilhão de pessoas, das quais 150 milhões vivem abaixo da linha de pobreza; logo, “os problemas econômicos e sociais que encontramos podem ser considerados os maiores e mais espinhosos do mundo; daí que não estamos em posição de ser arrogantes e presunçosos”.<sup>34</sup>

Dai rejeita as alegações de que a China tentará dominar a Ásia ou desbancar os Estados Unidos como potência mundial predominante, conside-

rando-as “puros mitos” que contradizem o histórico chinês e suas políticas atuais. Ele cita o surpreendente convite de Deng Xiaoping — tão contrário à usual insistência da China na autonomia — no sentido de que o mundo estaria autorizado a “supervisionar” a China para se certificar de que o país jamais procuraria conquistar a hegemonia: “O camarada Deng Xiaoping certa vez afirmou: se um dia a China tentar reivindicar a hegemonia mundial, as pessoas do mundo todo devem denunciar, se opor e até lutar contra isso. Quanto a esse ponto, a comunidade internacional pode nos supervisionar.”<sup>35</sup>

A declaração de Dai é poderosa e eloquente. Tendo passado muitas horas ao longo de uma década junto a esse líder previdente e responsável, não questiono sua sinceridade ou intenção. Mesmo assim, concedendo que Hu, Dai e seus colegas estejam afirmando com a maior franqueza suas perspectivas para o próximo estágio na política chinesa, é difícil imaginar que isso venha a ser a última palavra sobre o papel mundial da China ou que isso permaneça sem contestação. Uma nova geração de jovens chineses e de elites do Partido e do ELP em ascensão subirá ao poder em 2012 — a primeira geração desde o início do século XIX a ter crescido numa China que está em paz, e politicamente unificada, que não vivenciou a Revolução Cultural e cuja performance econômica supera a da maior parte do resto do mundo. Quinta geração de líderes chineses desde a criação da República Popular, eles irão, como fizeram seus predecessores, destilar suas experiências em uma visão do mundo e uma visão de grandeza nacional. É no diálogo com essa geração que o pensamento estratégico americano precisa se concentrar.

Quando o governo Obama se iniciou, as relações haviam assumido um padrão distinto. Ambos os presidentes proclamaram seu compromisso com consultas, até com uma parceria. Mas a mídia e grande parte da opinião das elites em ambos os países cada vez mais afirmaram uma visão diferente.

Durante a visita oficial de Hu Jintao em janeiro de 2011, procedimentos extensos de consulta foram reforçados. Eles permitirão maior diálogo EUA-China em questões que forem surgindo, como o problema da Coreia, e tentativas de superar algumas questões persistentes, como a taxa de câmbio e diferentes opiniões na definição da liberdade de navegação pelo Mar da China Meridional.

O que ainda fica por ser resolvido é como passar do gerenciamento da crise para uma definição de objetivos comuns, da solução de controvérsias estratégicas para uma postura em que elas sejam evitadas. Será possível desenvolver uma parceria genuína e uma ordem mundial baseada na cooperação? Poderão a China e os Estados Unidos desenvolver uma genuína confiança estratégica?

## EPÍLOGO

# A história se repete?

O Memorando Crowe

DIVERSOS ANALISTAS, incluindo alguns na China, têm revisitado o exemplo da rivalidade anglo-germânica do século XIX como um augúrio do que podem esperar os Estados Unidos e a China no século XXI. Há decerto comparações estratégicas a serem feitas. No nível mais superficial, a China é, como era a Alemanha imperial, uma potência continental ressurgente; os Estados Unidos, como a Grã-Bretanha, são primordialmente uma potência naval com vínculos políticos e econômicos profundos com o continente. A China, durante toda sua história, foi mais poderosa que qualquer um de seus vários vizinhos, mas estes, quando combinados, podiam ameaçar — e ameaçaram de fato — a segurança do império. Como no caso da unificação alemã no século XIX, os cálculos de todos esses países são inevitavelmente afetados pela reemergência da China como um Estado forte e unificado. Tal sistema evoluiu historicamente para um equilíbrio de poder baseado em ameaças que se contrabalançam.

Pode a confiança estratégica substituir um sistema de ameaças estratégicas? A confiança estratégica é tratada por muitos como uma contradição em termos. Os estrategistas apoiam-se nas intenções do suposto adversário apenas em medida limitada. Pois as intenções estão sujeitas a mudança. E a essência da soberania é o direito de tomar decisões não sujeitas a outra autoridade. Certa quantidade de ameaça baseada em capacidades é desse modo inseparável das relações entre Estados soberanos.

É possível — embora raramente aconteça — que as relações fiquem tão próximas que as ameaças estratégicas sejam excluídas. Nas relações en-